Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 4
MIRAMAR HOLDINGS S.A. 2

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 76 **Página 2**
São Paulo, quarta-feira, 25 de abril de 2018

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 26.518 mil, Patrimônio Líquido de R$ 306.490 mil e Ativos Totais de R$ 307.748 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco/SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**155.289**	**1.527**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	155.289	1.309
Dividendos a Receber (Nota 11a)	-	218
NÃO CIRCULANTE	**152.459**	**279.004**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4.625**	**5.662**
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	4.625	5.662
INVESTIMENTOS (Nota 6)	**147.834**	**273.342**
TOTAL	**307.748**	**280.531**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**1.258**	**303**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12c)	940	16
Dividendos a Pagar (Notas 7c e 11a)	252	221
Outras Obrigações (Nota 13)	66	66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**306.490**	**280.228**
Capital Social		
- De Domiciliados no País	167.000	167.000
Reservas de Lucros (Nota 7b)	139.490	113.224
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	4
TOTAL	**307.748**	**280.531**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	**20.072**	**22.918**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	20.072	22.918
DESPESAS OPERACIONAIS	**686**	**114**
Despesas Tributárias (Nota 10)	481	31
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	205	83
RESULTADO FINANCEIRO	**10.317**	**633**
Receitas Financeiras (Nota 8)	10.317	633
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**29.703**	**23.437**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	**(3.185)**	**(153)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**26.518**	**23.284**
Número de Ações	41.998.035	41.998.035
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R$	631,41	554,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Reflexo	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2015	**167.000**	**16.362**	**73.799**	**-**	**-**	**257.161**
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	4	-	4
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	23.284	23.284
Destinações: - Reservas	-	1.164	21.899	-	(23.063)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(221)	(221)
Saldos em 31.12.2016	**167.000**	**17.526**	**95.698**	**4**	**-**	**280.228**
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	26.518	26.518
Destinações: - Reservas	-	1.326	24.940	-	(26.266)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(252)	(252)
Saldos em 31.12.2017	**167.000**	**18.852**	**120.638**	**-**	**-**	**306.490**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**29.703**	**23.437**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**(20.400)**	**(23.384)**
Resultado de Participações em Coligadas	(20.072)	(22.918)
Juros e Variações Monetárias Líquidas	(328)	(466)
Lucro Líquido Ajustado	**9.303**	**53**
Redução em Outros Ativos	1.365	167
Aumento em Outras Obrigações	-	2
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados	(2.260)	(162)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**8.408**	**60**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Coligadas	81.405	265
Alienação de Investimentos	64.388	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**145.793**	**265**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(221)	(268)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(221)**	**(268)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**153.980**	**57**
Início do Exercício	1.309	1.252
Fim do Exercício	155.289	1.309
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**153.980**	**57**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**26.518**	**23.284**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	4
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**26.518**	**23.288**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Determinação do valor justo

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.5) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.
Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio é originado no processo de aquisição de controladas e coligadas.
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos.
O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por mil ações básico. O lucro por mil ações básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Receitas financeiras

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. Receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Depósito bancário	6	3
Fundos de investimentos financeiros (1)	155.283	1.306
Total de caixa e equivalentes de caixa	**155.289**	**1.309**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto basicamente por LFT e Operações Compromissadas) exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Quantidade de ações possuídas (em milhares) PN	Participação no capital social - %	Investimentos 2017	Investimentos 2016	Ajuste decorrente de avaliação 2017	Ajuste decorrente de avaliação 2016
Andorra Holdings S.A. (2) (3)	94.200	148.501	43.643	119.197	-	45,9916	68.297	193.805	20.072	22.918
Ágio - Andorra Holdings S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	79.537	79.537	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**147.834**	**273.342**	**20.072**	**22.918**

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida;
(2) Em março de 2017, a empresa Andorra Holdings S.A., efetuou a destinação de dividendos intermediários com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R$ 176.527 resultando em um impacto de R$ 81.188 no valor do investimento; e
(3) Em abril de 2017, a empresa Andorra Holdings S.A., efetuou redução de capital no montante de R$ 140.000. A redução resultou em um desinvestimento na Miramar Holdings S.A., no valor de R$ 64.388, sem alteração do percentual de participação.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
Quantidade de ações	2017	2016
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	**41.998.035**	**41.998.035**

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Reservas de lucros	**139.490**	**113.224**
- Reserva legal (1)	18.852	17.526
- Reserva estatutária (2)	120.638	95.698

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	2017	% (1)	2016	% (1)
Lucro líquido do exercício	**26.518**		**23.284**	
Reserva legal	(1.326)		(1.164)	
Base de cálculo	**25.192**		**22.120**	
Dividendos propostos	**252**	**1,0**	**221**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	9.989	167
Juros ativos	328	466
Total	**10.317**	**633**

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços de terceiros	12	12
Editais e publicações	74	71
Doações e patrocínios	119	-
Total	**205**	**83**

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
COFINS	413	26
PIS	67	4
Outras	1	1
Total	**481**	**31**

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2017	2016	2017	2016
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	218
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	252	221

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Andorra Holdings S.A. e Banco Alvorada S.A.

continua...

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo — documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 25 de abril de 2018 às 01:36:33.

...continuação

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	**29.703**	**23.437**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(10.099)	(7.968)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	6.824	7.792
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(28)	-
Outros	118	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(3.185)**	**(153)**

b) Tributos a compensar ou a recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R$ 4.625 (2016 - R$ 5.662) referem-se a imposto de renda e contribuição social.

c) Impostos e contribuições a recolher
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 940 (2016 - R$ 16), referem-se à Contribuição Social de R$ 22 (2016 - R$ 4), Imposto de Renda de R$ 879 (2016 - R$ 10) e PIS/Cofins de R$ 39 (2016 - R$ 2).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Provisão de editais e publicações	66	66
Total	**66**	**66**

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016;

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.
O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.
CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Miramar Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Diário Oficial acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Impresa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br

Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BBD PARTICIPAÇÕES S/A 4
MIRAMAR HOLDINGS S.A. 2

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 25 de abril de 2018 às 01:36:33.

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido do Exercício de R$ 26.518 mil, Patrimônio Líquido de R$ 306.490 mil e Ativos Totais de R$ 307.748 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco/SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**155.289**	**1.527**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	155.289	1.309
Dividendos a Receber (Nota 11a)	-	218
NÃO CIRCULANTE	**152.459**	**279.004**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4.625**	**5.662**
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 12b)	4.625	5.662
INVESTIMENTOS (Nota 6)	**147.834**	**273.342**
TOTAL	**307.748**	**280.531**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**1.258**	**303**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12c)	940	16
Dividendos a Pagar (Notas 7c e 11a)	252	221
Outras Obrigações (Nota 13)	66	66
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**306.490**	**280.228**
Capital Social		
- De Domiciliados no País	167.000	167.000
Reservas de Lucros (Nota 7b)	139.490	113.224
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	4
TOTAL	**307.748**	**280.531**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	**20.072**	**22.918**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	20.072	22.918
DESPESAS OPERACIONAIS	**686**	**114**
Despesas Tributárias (Nota 10)	481	31
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	205	83
RESULTADO FINANCEIRO	**10.317**	**633**
Receitas Financeiras (Nota 8)	10.317	633
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**29.703**	**23.437**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	**(3.185)**	**(153)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**26.518**	**23.284**
Número de Ações	41.998.035	41.998.035
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R$	631,41	554,41

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2015	**167.000**	**16.362**	**73.799**	**-**	**-**	**257.161**
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	4	-	4
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	23.284	23.284
Destinações: - Reservas	-	1.164	21.899	-	(23.063)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(221)	(221)
Saldos em 31.12.2016	**167.000**	**17.526**	**95.698**	**4**	**-**	**280.228**
Ajuste Avaliação Patrimonial	-	-	-	(4)	-	(4)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	26.518	26.518
Destinações: - Reservas	-	1.326	24.940	-	(26.266)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(252)	(252)
Saldos em 31.12.2017	**167.000**	**18.852**	**120.638**	**-**	**-**	**306.490**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**29.703**	**23.437**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	**(20.400)**	**(23.384)**
Resultado de Participações em Coligadas	(20.072)	(22.918)
Juros e Variações Monetárias Líquidas	(328)	(466)
Lucro Líquido Ajustado	**9.303**	**53**
Redução em Outros Ativos	1.365	167
Aumento em Outras Obrigações	-	2
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados	(2.260)	(162)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**8.408**	**60**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Coligadas	81.405	265
Alienação de Investimentos	64.388	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	**145.793**	**265**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(221)	(268)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	**(221)**	**(268)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**153.980**	**57**
Início do Exercício	1.309	1.252
Fim do Exercício	155.289	1.309
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**153.980**	**57**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**26.518**	**23.284**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	4
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**26.518**	**23.288**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Determinação do valor justo

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.5) Investimento em controladas

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio é originado no processo de aquisição de controladas e coligadas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por mil ações básico. O lucro por mil ações básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Receitas financeiras

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Depósito bancário	6	3
Fundos de investimentos financeiros (1)	155.283	1.306
Total de caixa e equivalentes de caixa	**155.289**	**1.309**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto basicamente por LFT e Operações Compromissadas) exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Quantidade de ações possuídas (em milhares) PN	Participação no capital social - %	Investimentos 2017	Investimentos 2016	Ajuste decorrente de avaliação 2017	Ajuste decorrente de avaliação 2016
Andorra Holdings S.A. (2) (3)	94.200	148.501	43.643	119.197	-	45,9916	68.297	193.805	20.072	22.918
Ágio - Andorra Holdings S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	79.537	79.537	-	-
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**147.834**	**273.342**	**20.072**	**22.918**

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida;
(2) Em março de 2017, a empresa Andorra Holdings S.A., efetuou a destinação de dividendos intermediários com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R$ 176.527 resultando em um impacto de R$ 81.188 no valor do investimento; e
(3) Em abril de 2017, a empresa Andorra Holdings S.A., efetuou redução de capital no montante de R$ 140.000. A redução resultou em um desinvestimento na Miramar Holdings S.A., no valor de R$ 64.388, sem alteração do percentual de participação.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de ações	Em 31 de dezembro 2017	2016
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	**41.998.035**	**41.998.035**

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Reservas de lucros	**139.490**	**113.224**
- Reserva legal (1)	18.852	17.526
- Reserva estatutária (2)	120.638	95.698

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	2017	% (1)	2016	% (1)
Lucro líquido do exercício	**26.518**		**23.284**	
Reserva legal	(1.326)		(1.164)	
Base de cálculo	**25.192**		**22.120**	
Dividendos propostos	**252**	**1,0**	**221**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	9.989	167
Juros ativos	328	466
Total	**10.317**	**633**

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
Serviços de terceiros	12	12
Editais e publicações	74	71
Doações e patrocínios	119	-
Total	**205**	**83**

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2017	2016
COFINS	413	26
PIS	67	4
Outras	1	1
Total	**481**	**31**

11) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro Controladores (1) 2017	Controladores (1) 2016	Coligadas e controladas (2) 2017	Coligadas e controladas (2) 2016
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	218
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	252	221

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Andorra Holdings S.A. e Banco Alvorada S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	**29.703**	**23.437**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(10.099)	(7.968)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	6.824	7.792
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(28)	-
Outros	118	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(3.185)**	**(153)**

b) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R$ 4.625 (2016 - R$ 5.662) referem-se a imposto de renda e contribuição social.

c) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 940 (2016 - R$ 16), referem-se à Contribuição Social de R$ 22 (2016 - R$ 4), Imposto de Renda de R$ 879 (2016 - R$ 10) e PIS/Cofins de R$ 39 (2016 - R$ 2).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro 2017	2016
Provisão de editais e publicações	66	66
Total	**66**	**66**

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016;

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC 1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Miramar Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

continua...

...continuação

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º Andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de abril de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACATUBA
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 31-2018. PROC.: 607-2018. EDITAL: 44-2018. OBJETO: Contrataçao de empresa especializada para o fornecimento de impressao laser monocromatica, cópias e scanner, na modalidade outsourcing, por um prazo de 12 meses, incluindo fornecimento dos equipamentos, compreendendo: instalaçao, configuraçao, gestao dos equipamentos, serviços de manutençao preventiva e corretiva, reposiçao de peças, toners e de todo material de consumo necessario ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto o papel. Estimativa mensal de aproximadamente 100.000 (cem mil) cópias/impressões, todas monocromaticas. Serao destinadas as Secretariais do Municipio. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 11.05.2018 as 08h30min. O edital, na integra, podera ser lido e obtido no Setor de Licitações, Rua 9 de Julho, 15-20, centro, Macatuba, das 08:00h as 16:30h, nos dias úteis, ou pelo site **www.macatuba.sp.gov.br**. Quaisquer informações poderao ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (14) 3298-9846. Macatuba, 20 de abril de 2018. MARCOS DONIZETI OLIVATTO. Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação - A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA Torna Público que se encontra aberta a Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Por Item, tendo como Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e eventual de Gases Medicinais (Oxigenio), conforme melhor especificado no Edital do Pregão Presencial RP nº. 016/2018 – Proc. Adm. Nº. 1034/2018. A data da Sessão Pública esta agendada para o dia 11/05/2018, às 09h, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal (Av. Luiz Pastore, 240, Centro - Nova Campina/SP). Edital disponível no Endereço Eletrônico, outras informações por meio do Fone (15) 3535-6100 - Sessão de Licitações. (Phelipe R. Murba - Coordenação de Compras e Licitações).

Aviso de Licitação - A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA Torna Público que se encontra aberta a Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Por Item, tendo como Objeto: Registro de Preços para Contratação futura e eventual de Serviços de Remoção de Pacientes por meio de Veiculos Leves (Ambulancia e Veiculo Simples) conforme melhor especificado no Edital do Pregão Presencial RP nº. 017/2018 – Proc. Adm. Nº. 921/2018. A data da Sessão Pública esta agendada para o dia 10/05/2018, às 09h, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal (Av. Luiz Pastore, 240, Centro - Nova Campina/SP). Edital disponível no Endereço Eletrônico, outras informações por meio do Fone (15) 3535-6100 - Sessão de Licitações. (Phelipe R. Murba - Coordenação de Compras e Licitações).

Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 06.976.406/0001-90 - NIRE nº 35.300.347.374

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.** ("Companhia"), a se reunirem **em 03/05/2018, às 11:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Conjunto 151, Sala M, Vila Olímpia, CEP 04547-006, na cidade e Estado de São Paulo,** a fim de examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2017; (ii) Deliberar sobre a Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2017 e distribuição de dividendos; (iii) Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.São Paulo, 24/04/2018. Atenciosamente, **José Luiz de Godoy Pereira -** Presidente do Conselho de Administração.

Aviso de Licitação - A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA Torna Público que se encontra aberta a Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Por Item, tendo como Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Informática e Eletrodomésticos para Unidades de Saúde João Rodrigues de Proença e Noel da Silva Santos, conforme melhor especificado no Edital do Pregão Presencial RP nº. 018/2018 – Proc. Adm. Nº. 3632/2017. A data da sessão Pública esta agendada para o dia 14/05/2018, às 09h, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal (Av. Luiz Pastore, 240, Centro - Nova Campina/SP). Edital disponível no Endereço Eletrônico http://www.novacampina.sp.gov.br/, outras informações por meio do Fone (15) 3535-6100 - Sessão de Licitações. (Phelipe R. Murba - Coordenação de Compras e Licitações).